



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

**RESOLUÇÃO Nº 04 /2025**

*Altera o [artigo 32 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça da Paraíba](#), redefinindo e ampliando as atribuições da Vice-Presidência.*

**O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA**, no uso de suas atribuições legais e;

**CONSIDERANDO** as recentes alterações na estrutura organizacional do Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB), que demandam a readequação das atribuições da Vice-Presidência;

**CONSIDERANDO** a necessidade de alinhar as atribuições da Vice-Presidência às boas práticas de gestão e às exigências institucionais contemporâneas;

**CONSIDERANDO** as práticas adotadas em outros Tribunais de igual porte e as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ);

**CONSIDERANDO** a importância de promover maior eficiência administrativa e jurisdicional;

**CONSIDERANDO** que a presente Resolução foi referendada na sessão, pelo Egrégio Tribunal Pleno, realizada em 05 de fevereiro de 2025;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** O [artigo 32 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça da Paraíba](#) passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 32. Compete ao Vice-Presidente:*

*I - substituir o Presidente nos seus impedimentos ocasionais, licenças e férias, e sucedê-lo no caso de vaga, observado o definido no artigo 22 e parágrafos deste Regimento;*

*II - relatar, com direito a voto, os processos de suspeição e impedimento de Desembargador e aqueles opostos ao Presidente do Tribunal;*

*III - distribuir, em audiência pública, na forma processual, ou assim autorizar através de processo eletrônico, todos os feitos, inclusive os da competência do Tribunal Pleno, decidindo as dúvidas a ela relacionadas e, antes de realizada a distribuição, decidir as dúvidas relativas à*

*prevenção, aos afastamentos, aos impedimentos e à competência por classes;*

*IV - fiscalizar a publicação das pautas de todas as sessões;*

*V - abrir, rubricar e encerrar os livros da Secretaria do Tribunal;*

*VI - ter sob sua direta inspeção os registros de acórdãos e prover sobre a organização de seus índices alfabéticos, por matéria;*

*VII - fiscalizar e providenciar o andamento dos processos na Secretaria, impedindo-lhes o retardamento injustificável e propondo ao Presidente a punição dos funcionários faltosos;*

*VIII - despachar os atos administrativos referentes ao Presidente;*

*IX - supervisionar as Assessorias de Câmaras;*

*X - presidir concurso público para a delegação de poderes ao exercício das atividades notariais e de registro;*

*XI - por delegação do Presidente:*

*a) presidir exames e concursos;*

*b) representar o Tribunal em suas relações externas;*

*c) expedir atos administrativos relativamente aos servidores da Justiça de primeiro e segundo grau, em exercício ou inativo;*

*d) homologar a desistência de recursos, quando formulada antes da distribuição;*

*XII - executar quaisquer outras atribuições que lhe forem delegadas pelo Presidente, pelo Tribunal Pleno e por este Regimento;*

*XIII - compor o Conselho da Magistratura, como membro nato, com direito a voto, sem relatar processos;*

*XIV - colaborar com o Presidente do Tribunal de Justiça na representação e administração do Poder Judiciário;*

*XV - conceder licenças, férias e outros afastamentos aos servidores do Poder Judiciário e, no interesse do serviço, suspendê-los;*

*XVI – dirigir o Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e Ações Coletivas (NUGEPNAC) e o Núcleo de Cooperação Judiciária (NCJUD), gerenciando as demandas repetitivas em todos os graus de jurisdição, inclusive nos Juizados Especiais, no que diz respeito à repercussão geral, recursos repetitivos, incidentes de resolução de demandas repetitivas e incidentes de assunção de competência;*

*XVII - supervisionar as políticas judiciárias nas áreas da infância e juventude e da violência doméstica e familiar contra a mulher.”*

*XVIII – realizar o juízo de admissibilidade dos recursos interpostos para o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça, bem como resolver as questões que, a propósito, forem suscitadas;*

*XIX – devolver ao relator os processos em fase de recursos especial ou extraordinário, nos quais haja a alegação de matérias estranhas ao juízo de admissibilidade desses recursos;*

*XX – relatar o agravo interno interposto em face de decisão que nega seguimento a recurso especial ou extraordinário.*

*XXI – despachar recurso ordinário de decisões denegatórias de mandados de segurança ou habeas corpus;”*

**Art. 2º** A Diretoria de Tecnologia da Informação adotará as diligências necessárias para viabilizar a redistribuição dos processos tratados no artigo 1º desta Resolução à Vice- Presidência

**Art. 3º** Ficam revogados os incisos II, XIII, XLII e XLIII, bem como as alíneas “a”, “b”, “c” e “f” do art. 31 do [Regimento Interno](#).

**Art. 4º** Esta Resolução entra em vigor no dia 03 de fevereiro de 2025.

Gabinete da Presidência de Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, data do registro eletrônico.

**Desembargador FREDERICO MARTINHO DA NÓBREGA COUTINHO**  
**Presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba**

Este texto não substitui o publicado no DJe de 11.02.2025.